



ISS DE RIBEIRÃO PRETO - SP

SECRETÁRIA DE FAZENDA DA PREFEITURA
DE RIBEIRÃO PRETO

Fiscal Fazendário

CONCURSO PÚBLICO Nº 05/2023

CÓD: SL-165JN-24
7908433249443

Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto	11
2. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, parônimos, homônimos, sentido próprio e figurado das palavras	15
3. Ortografia Oficial.....	15
4. Pontuação.....	16
5. Acentuação	18
6. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações).....	19
7. Concordância verbal e nominal	28
8. Regência verbal e nominal.....	29
9. Colocação pronominal	32
10. Crase	32
11. Sintaxe.....	33

Matemática

1. Resolução de situações-problema	43
2. Números Inteiros: Operações, Propriedades, Múltiplos e Divisores; Números Racionais: Operações e Propriedades.....	46
3. Números e Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais: Razões e Proporções, Divisão Proporcional, Regra de Três Simples e Composta.....	54
4. Porcentagem. Juros Simples	59
5. Sistema de Medidas Legais	62
6. Conceitos básicos de geometria: cálculo de área e cálculo de volume	64
7. Raciocínio Lógico	70

Direito Constitucional

1. Constituição: Conceito; Classificação.....	79
2. Aplicabilidade e Interpretação das Normas Constitucionais	80
3. Poder Constituinte: Conceito; Finalidade; Titularidade e Espécies.....	82
4. Reforma da Constituição; Limites do poder de reforma	84
5. Cláusulas Pétreas	85
6. Autonomia dos Municípios	86
7. Supremacia da Constituição.....	87
8. Controle de Constitucionalidade	87
9. Constituição da República Federativa do Brasil: Dos Princípios Fundamentais	90
10. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.....	91
11. Da Organização do Estado	102
12. Da Organização dos Poderes.....	115
13. Da Tributação e do Orçamento	142

Direito Administrativo

1. Administração Pública: conceito, estrutura legal dos Órgãos Públicos; natureza e fins da Administração; Princípios básicos da Administração: legalidade, moralidade, impessoalidade, finalidade, publicidade, eficiência	163
2. agentes da Administração. Poderes e deveres do administrador público	165
3. Papel das políticas públicas como elemento indutor do desenvolvimento da sociedade	176
4. Poderes Administrativos: poder vinculado e poder discricionário, poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia	176
5. Atos Administrativos: conceitos e requisitos; classificação; espécies; validade; formalidade; motivação; revogação. Anulação; modificação; extinção. Controle de Legalidade	183
6. Contratos Administrativos: Alteração unilateral e bilateral; Equilíbrio financeiro; Cláusulas exorbitantes; Modalidades de contratos; Extinção, prorrogação e renovação; Inexecução; Revisão, rescisão e suspensão	194
7. Dispensa e inexigibilidade de Licitação. Licitação: Lei Federal nº 14.133/2021 - Do âmbito de aplicação das leis; Princípios; Definições; do processo licitatório	204
8. Serviços Públicos: Conceito; Classificação; Regulamentação e Controle; Parcerias público-privadas; Requisitos do serviço e direitos do usuário; Competência para prestar o serviço; Formas e meios de prestação do serviço	255
9. Organização Administrativa: Administração direta e indireta	267
10. Agências executivas e reguladoras	270
11. Servidores públicos: Classificação e Regime Jurídico. Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores públicos; Cargos públicos; Provimento em cargo público; Direitos e vantagens dos servidores públicos; Deveres e responsabilidades; Sindicância e processo administrativo	272
12. Os direitos do administrado	275
13. Comparação entre o controle administrativo e judiciário	275
14. Princípios básicos da defesa administrativa do contribuinte	281
15. Processo Administrativo (Lei Federal nº 9.784/1999)	282
16. A responsabilidade civil do Estado	291
17. Órgãos fiscalizadores das contas públicas	296
18. Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992): Imperícia, Negligência e Fraude	296

Direito Civil

1. A Lei: vigência no tempo e no espaço	315
2. Das pessoas: Pessoas naturais e jurídicas	318
3. Domicílio civil	334
4. Das diferentes classes de bens	337
5. Fatos e atos jurídicos; Validade e defeitos dos negócios jurídicos; Atos ilícitos	341
6. Direito das Coisas: Posse; Efeitos da posse	353
7. Direitos reais sobre coisas alheias; Propriedade	356
8. Teoria Geral das obrigações; Direito das obrigações; Modalidades das obrigações; As formas de extinção das obrigações; A inexecução das obrigações; Transmissão das Obrigações; Fontes das obrigações	374
9. Contratos, atos unilaterais e responsabilidade civil; Responsabilidade contratual e extracontratual	390
10. Relações de consumo (Lei federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor)	402

Direito Empresarial

1. Empresário Individual	421
2. Teoria da empresa	424
3. Atividades econômicas civis: cooperativas e profissional intelectual	424
4. Atos do registro de empresa	426
5. Empresário irregular	428
6. Estabelecimento empresarial	429
7. Nome empresarial	430
8. Teoria Geral do Direito Societário: conceito de sociedade empresária	431
9. Personalização da sociedade empresária	433
10. Classificação das sociedades empresárias	433
11. Desconsideração da pessoa jurídica	434
12. Constituição das sociedades contratuais: natureza do ato constitutivo da sociedade contratual; requisitos de validade do contrato social; cláusulas contratuais; forma do contrato social; alteração do contrato social.....	435
13. Sociedade limitada: responsabilidade dos sócios, deliberação dos sócios; administração; conselho fiscal	438
14. Dissolução da sociedade contratual: espécies e causas de dissolução total e parcial; dissolução de fato	444
15. Sociedades por ações: características gerais da sociedade anônima; classificação, constituição; valores mobiliários; ações; capital social; órgãos sociais; administração da sociedade; poder de controle; lucros, reservas e dividendos; dissolução e liquidação; transformação, incorporação e fusão; sociedade de economia mista	447
16. sociedade em comandita por ações	462
17. Demais tipos societários	463
18. Teoria Geral do Direito Cambiário.....	467
19. Nota promissória	469
20. Cheque.....	470
21. Duplicata.....	471
22. Cédula de crédito bancário.....	472
23. Recuperação judicial e extrajudicial.....	473
24. Falência; Caracterização do estado falimentar, efeitos da falência quanto aos bens do falido e aos direitos dos seus credores, recuperação judicial e extrajudicial; Crimes falimentares	477
25. Lei 11.101/2005	481

Direito Tributário

1. Sistema Tributário Nacional: previsão constitucional; atribuição e competência tributária, princípios constitucionais tributários, limitações ao poder de tributar	521
2. Receitas Públicas.....	523
3. Tributos de competência da União	524
4. Tributos de competência dos Estados e do Distrito Federal	525
5. Tributos de competência dos Municípios	527
6. Os impostos em espécie	527
7. Repartição das receitas tributárias: receita da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Receitas dos Estados distribuídas aos Municípios	528

ÍNDICE

8. Legislação tributária: lei complementar, lei ordinária, lei delegada; decretos legislativos, resoluções do Senado Federal; atos normativos de autoridades administrativas: decretos e despachos normativos do executivo, resoluções administrativas, portarias, decisões administrativas	530
9. Métodos de interpretação. aplicação, interpretação e integração da legislação tributária. Interpretações sistemática, teleológica e outras, Vigência	531
10. Código Tributário Nacional - Lei Federal nº 5.172/1966.....	534
11. Tributo: definição e espécies. Impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimos compulsórios, contribuições especiais	553
12. Obrigação tributária: principal e acessória: conceito. Aspecto objetivo: fato gerador, hipótese de incidência tributária: incidência e não incidência, isenção, imunidade, domicílio tributário. Aspecto subjetivo: competência tributária, sujeito ativo	553
13. Capacidade tributária; sujeito passivo: contribuinte e responsável; responsabilidade solidária, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações; substituição tributária	557
14. Elemento valorativo: base de cálculo, alíquota	557
15. Crédito tributário: lançamento: efeitos e modalidades. Suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário	558
16. Função socioeconômica dos tributos. Sonegação Fiscal. Importância dos documentos fiscais	564
17. Administração tributária: fiscalização, regulamentação, competência, limites, procedimentos.....	565
18. Dívida ativa: certidão negativa.....	567
19. Cobrança Judicial da Dívida Ativa - Lei Federal nº 6.830/1980 e alterações.....	568
20. Repetição de indébito.....	572
21. Informações e sigilo fiscal	573
22. Simples Nacional - Lei Complementar nº 123/2006 e alterações.....	573

Material Digital Conhecimentos em informática

23. Microsoft Windows 2010 ou versões mais recentes: área de trabalho, área de transferência, ícones, barra de tarefas e ferramentas, comandos e recursos; unidades de armazenamento; conceito de pastas, diretórios, arquivos e atalhos; visualização, exibição e manipulação de arquivos e pastas; uso dos menus, programas e aplicativos; painel de controle; interação com o conjunto de aplicativos MS-Office 2016 ou versões mais recentes	5
24. MS-Word 2016: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; editoração e processamento de textos; propriedades e estrutura básica dos documentos; distribuição de conteúdo na página; formatação; cabeçalho e rodapé; tabelas; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; envelopes, etiquetas, mala-direta; caixas de texto	26
25. MS-Excel 2016 ou versões mais recentes: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos; funcionalidades e estrutura das planilhas; configuração de painéis e células; linhas, colunas, pastas, tabelas e gráficos; formatação; uso de fórmulas, funções e macros; impressão; inserção de objetos/imagens; campos predefinidos; controle de quebras e numeração de páginas; validação de dados e obtenção de dados externos; filtros e classificação de dados.....	35
26. Correio Eletrônico: comandos, atalhos e recursos; uso do correio eletrônico; preparo e envio de mensagens; anexação de arquivos; modos de exibição; organização de e-mails, gerenciador de contatos	42
27. Internet: barra de ferramentas, comandos, atalhos e recursos dos principais navegadores; navegação e princípios de acesso à internet; downloads; conceitos de URL, links, sites, vírus, busca e impressão de páginas.....	45

Estatuto do Servidor

1. Regime Jurídico dos Funcionários do Município de Ribeirão Preto. (Lei municipal nº 3.181 de 23/7/1976)	61
---	----

Auditoria

1. Auditoria: evolução, conceitos, objetivos, tipos, técnicas	83
2. Auditoria interna.....	84
3. auditoria independente	84
4. perícia contábil	85
5. Procedimentos.....	87
6. Testes de auditoria. Testes de observância. Testes substantivos	88
7. Testes para subavaliação e testes para superavaliação.....	90
8. Papéis de trabalho	91
9. Normas de execução dos trabalhos.....	95
10. Processo. Planejamento, execução, relatório	96
11. Relevância. Riscos	99
12. Fraudes e erros	102
13. Supervisão e controle de qualidade.....	103
14. Estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos.....	105
15. Aplicação dos procedimentos. Documentação.....	105
16. Continuidade normal dos negócios da entidade	106
17. Amostragem estatística.....	108
18. Processamento eletrônico de dados.....	109
19. Estimativas contábeis	110
20. Transações com partes relacionadas. Transações e eventos subsequentes	112
21. Carta de responsabilidade da administração.....	116
22. Contingências.....	117
23. Pareceres de auditoria	118
24. Evidências	120
25. Procedimentos de auditoria em áreas específicas das Demonstrações Contábeis	131
26. Omissão de receitas.....	132
27. Ativos e passivos ocultos e fictícios.....	133
28. Suprimentos de disponibilidades não comprovados	134
29. Auditoria de ativos, passivos, patrimônio líquido e resultados	135
30. Princípios fundamentais da ética profissional	136
31. Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria – NBC TA, NBC TI e NBC PA.....	139

Contabilidade Societária

1. Contabilidade. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil. Princípios.....	153
2. normas contábeis brasileiras emanadas pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade)	155
3. Conceitos, forma de avaliação e evidenciação	157
4. Método das partidas dobradas.....	158
5. Componentes do patrimônio: Ativo, passivo e patrimônio líquido - Conceitos, forma de avaliação e evidenciação. Variação do patrimônio líquido: Receita, despesa, ganhos e perdas	159
6. Apuração dos resultados.....	163

ÍNDICE

7. Sistema de contas e plano de contas	166
8. Escrituração contábil: Método das partidas dobradas	171
9. Contas patrimoniais e de resultado	176
10. Lançamentos contábeis	177
11. Estornos	181
12. Livros contábeis obrigatórios	181
13. Documentação contábil	183
14. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)	183
15. Pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (NBC TGs)	184
16. Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis.....	186
17. Legislação societária: Lei nº 6.404/1976 e atualizações e legislação complementar	187
18. Balanço patrimonial.....	208
19. Estrutura, forma de evidenciação, critérios de elaboração e principais grupamentos.....	210
20. Demonstração do resultado do exercício: conteúdo e forma de apresentação	211
21. Apuração e procedimentos contábeis para a identificação do resultado do exercício.....	213
22. Custo dos produtos vendidos, dos serviços prestados e sistemas de custeio	214
23. Tratamento contábil e apuração dos resultados dos itens operacionais e não operacionais	215
24. Resultado bruto, resultado líquido e resultado abrangente	215
25. Demonstração do Resultado Abrangente	216
26. Destinação e distribuição do resultado de exercício.....	217
27. Demonstração das mutações do patrimônio líquido: Conteúdo, itens evidenciáveis e forma de apresentação	218
28. Notas explicativas: Conteúdo, exigências legais de informações e forma de apresentação.....	220
29. Consolidação das Demonstrações Contábeis: Conceitos e objetivos da consolidação, critérios, obrigatoriedade, tratamento dos resultados não realizados e das participações dos minoritários, procedimentos contábeis para elaboração.....	220
30. Demonstração do fluxo de caixa: Conceitos, principais componentes, formas de apresentação, critérios e métodos de elaboração e interligação com o conjunto das demonstrações contábeis obrigatórias	223
31. Reorganização e reestruturação de empresas: Processos de incorporação, fusão, cisão e extinção de empresas - Aspectos contábeis, fiscais e legais da reestruturação social. (Os itens abordados no programa devem estar em conformidade com as normas atualizadas, exaradas pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade), CVM (Comissão de Valores Mobiliários e Legislação Societária).....	224
32. Escrituração de operações típicas.....	225

Legislação Tributária Municipal

1. Lei Municipal nº 2.415 de 21/12/1970 Dispõe Sobre o Sistema Tributário do Município.....	231
2. Lei Municipal nº 5.430 de 27/3/1989 Institui o Imposto De Transmissão “Inter Vivos” (ITBI)	314

Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferenciada por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

DISTINÇÃO DE FATO E OPINIÃO SOBRE ESSE FATO**Fato**

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato é uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo de fato:

A mãe foi viajar.

Interpretação

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas, previmos suas consequências.

Entre o fato e sua interpretação há uma relação lógica: se apontamos uma causa ou consequência, é necessário que seja plausível. Se comparamos fatos, é preciso que suas semelhanças ou diferenças sejam detectáveis.

Exemplos de interpretação:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha.

Opinião

A opinião é a avaliação que se faz de um fato considerando um juízo de valor. É um julgamento que tem como base a interpretação que fazemos do fato.

Nossas opiniões costumam ser avaliadas pelo grau de coerência que mantêm com a interpretação do fato. É uma interpretação do fato, ou seja, um modo particular de olhar o fato. Esta opinião pode alterar de pessoa para pessoa devido a fatores socioculturais.

Exemplos de opiniões que podem decorrer das interpretações anteriores:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país. Ela tomou uma decisão acertada.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha. Ela foi egoísta.

Muitas vezes, a interpretação já traz implícita uma opinião.

Por exemplo, quando se mencionam com ênfase consequências negativas que podem advir de um fato, se enaltecem previsões positivas ou se faz um comentário irônico na interpretação, já estamos expressando nosso julgamento.

É muito importante saber a diferença entre o fato e opinião, principalmente quando debatemos um tema polêmico ou quando analisamos um texto dissertativo.

Exemplo:

A mãe viajou e deixou a filha só. Nem deve estar se importando com o sofrimento da filha.

MATEMÁTICA

24. (IBGE – AGENTE CENSITÁRIO ADMINISTRATIVO-FGV/2017) Quando era jovem, Arquimedes corria 15km em 1h45min. Agora que é idoso, ele caminha 8km em 1h20min.

Para percorrer 1km agora que é idoso, comparado com a época em que era jovem, Arquimedes precisa de mais:

- (A) 10 minutos;
- (B) 7 minutos;
- (C) 5 minutos;
- (D) 3 minutos;
- (E) 2 minutos.

25. (Fundação Casa – Agente Educacional – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

26. (UEM/PR – Auxiliar Operacional – UEM) Ruth tem somente R\$ 2.200,00 e deseja gastar a maior quantidade possível, sem ficar devendo na loja.

Verificou o preço de alguns produtos:

- TV: R\$ 562,00
- DVD: R\$ 399,00
- Micro-ondas: R\$ 429,00
- Geladeira: R\$ 1.213,00

Na aquisição dos produtos, conforme as condições mencionadas, e pagando a compra em dinheiro, o troco recebido será de:

- (A) R\$ 84,00
- (B) R\$ 74,00
- (C) R\$ 36,00
- (D) R\$ 26,00
- (E) R\$ 16,00

27. (BNDES – Técnico Administrativo – CESGRANRIO) Multiplicando-se o maior número inteiro menor do que 8 pelo menor número inteiro maior do que - 8, o resultado encontrado será

- (A) - 72
- (B) - 63
- (C) - 56
- (D) - 49
- (E) - 42

28. (FUNDATEC - 2022 - Prefeitura de Caxias do Sul - RS - Técnico em Contabilidade) Na lógica proposicional, as proposições compostas são constituídas de conectivos e proposições simples. Na sentença “Doze é número par, mas é múltiplo de três”, temos uma sentença composta com o conectivo da _____ e respec-

tivo valor lógico _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

Alternativas

- (A) negação – falsa
- (B) disjunção – verdadeira
- (C) disjunção – falsa
- (D) conjunção – verdadeira
- (E) conjunção – falsa

29. (FUNDATEC - 2022 - SPGG - RS - Analista Arquiteto) Os conectivos lógicos são palavras ou símbolos utilizados para conectar proposições de acordo com as regras da lógica formal. A alternativa que apresenta uma disjunção, uma conjunção e uma condicional, nessa ordem, é:

Alternativas

- (A) $p \rightarrow q, p \vee q$ e $p \wedge q$
- (B) $p \rightarrow q, p \wedge q$ e $p \vee q$
- (C) $p \vee q, p \wedge q$ e $p \rightarrow q$
- (D) $p \wedge q, p \vee q$ e $p \rightarrow q$
- (E) $p \vee q, p \rightarrow q$ e $p \wedge q$

30. (INAZ do Pará - 2017 - DPE-PR - Técnico em Informática) Diz-se que duas preposições são equivalentes entre si quando elas possuem o mesmo valor lógico. A sentença logicamente equivalente a: “ Se Maria é médica, então Victor é professor ” é:

Alternativas

- (A) Se Victor não é professor então Maria não é médica
- (B) Se Maria não é médica então Victor não é professor
- (C) Se Victor é professor, Maria é médica
- (D) Se Maria é médica ou Victor é professor
- (E) Se Maria é médica ou Victor não é professor

GABARITO

1	B
2	E
3	D
4	D
5	B
6	D
7	C
8	A
9	D
10	D
11	D
12	E
13	C
14	A
15	B

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

II - orçamento;

III - juntas comerciais;

IV - custas dos serviços forenses;

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI - procedimentos em matéria processual;

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII - assistência jurídica e Defensoria pública;

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV - proteção à infância e à juventude;

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

§2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

§3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

§4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

Organização do Estado – Estados

Os Estados-membros são pessoas jurídicas de Direito Público interno, dotados de autonomia, em razão da capacidade de auto-organização (Artigo 25 da CF), autoadministração (Artigo 26 da CF), autogoverno (Artigos 27 e 28 da CF) e auto legislação (Artigo 25 e parágrafos da CF).

Os dispositivos constitucionais referentes ao tema vão dos Artigos 25 a 28:

CAPÍTULO III DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

§2º Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

§3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Art. 26. Incluem-se entre os bens dos Estados:

I - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

II - as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

III - as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União;

IV - as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

Art. 27. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§1º Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

(C) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que dispõe sobre outorga de isenção.

(D) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo, do alcance de seus institutos, conceitos e formas, e para definição dos respectivos efeitos tributários.

9-CESPE - 2020

No que se refere a aplicação da lei e responsabilidade tributária, julgue o item seguinte.

Como o conceito de doação constante do direito civil decorre de legislação infraconstitucional ordinária da União, não oponível aos demais entes federados, o intérprete da legislação que necessitar utilizar tal conceito para fins tributários no âmbito do Distrito Federal deve buscá-lo exclusivamente na legislação tributária distrital, ainda que esta veicule definição mais ampla que a do direito privado.

- () CERTO
() ERRADO

10-MS CONCURSOS - 2023

Atribua (V) verdadeiro ou (F) falso aos itens e assinale a alternativa com a sequência correta.

() Sem prejuízo do disposto neste Código, a lei pode atribuir de modo expresse a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

() A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais; de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação, ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais, profissionais, ou da administração direta de seus bens, ou negócios; de estar à pessoa jurídica regularmente constituída bastando que configure uma unidade econômica, ou profissional.

() A obrigação tributária é principal, ou acessória. A obrigação principal surge com a ocorrência de fato gerador, que tem por objeto o pagamento do tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. A obrigação acessória decorre de legislação tributária, que tem por objeto as prestações nelas previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal.

- (A) F – F – V.
(B) F – V – V.
(C) V – F – V.
(D) V – V – F.

11-MS CONCURSOS - 2023

Aponte a alternativa incorreta.

(A) Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constitui o seu objeto.

(B) Após a vigência do Termo de Acordo de Regime Especial a substituição tributária passa de ser obrigatória.

(C) Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo, ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

(D) Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou penalidade pecuniária.

12-FGV-2022

Sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo de impostos e contribuições e tendo como base as decisões mais recentes do Supremo Tribunal Federal – STF, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para a falsa.

() É constitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta – CPRB.

() É constitucional a inclusão do valor do ICMS na sua própria base de cálculo.

() O ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
(B) F – F – V.
(C) V – F – V.
(D) V – V – V.
(E) F – V – F.

13-CESPE / CEBRASPE - 2023

Acerca do crédito tributário, julgue os seguintes itens.

I Conforme estabelecido no Código Tributário Nacional, as circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

II Consoante o STJ, a compensação de débitos tributários com precatórios vencidos, não pagos e adquiridos de terceiro, só é possível, à luz do Código Tributário Nacional, quando houver lei específica autorizadora.

III Conforme previsto no Código Tributário Nacional, se a lei não fixar prazo para a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a fazenda pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

IV Consoante o Código Tributário Nacional, é vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial. Segundo o STJ, tal vedação aplica-se também a indébitos tributários decorrentes de vício de inconstitucionalidade.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens I, II e III estão certos.
(B) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
(C) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
(D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
(E) Todos os itens estão certos.